# Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. -Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente





## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e Nota 3 - "Principais políticas contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais políticas contábeis" às referidas demonstrações.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

# Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

#### **Outros assuntos**

## Demonstrações financeiras individuais para fins gerais

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 20 de fevereiro de 2020.

# Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais políticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações financeiras



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Contador CRC 1SP213429/O-7

Paulo Rodrigo Pecht



Balanço Patrimonial Consolidado Em 31 de Dezembro Em R\$ mil

Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante	8.796.548	8.995.292	<u>Circulante</u>	4.962.774	6.887.600
Disponibilidades	3.248	4.122	Depósitos (nota 14)	268.551	499.834
			Depósitos a prazo	268.551	499.834
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	4.124.995	3.017.764			
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	4.124.995	3.017.764	Captações no mercado aberto (nota 15)	230.884	988.053
			Carteira própria	39.577	382.129
Títulos e valores mobiliários e	3.919.980	5.252.934	Carteira de terceiros	-	151.001
Instrumentos financeiros derivativos			Carteira livre movimentação	191.307	454.923
Carteira própria (nota 8)	1.232.816	3.274.268			
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	39.633	386.425	Recursos de aceites cambiais e similares (nota 16)	-	95
Vinculados a prestação de garantias (nota 8)	944.796	913.091	Certificados de operações estruturadas	-	95
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.702.735	679.150			
			Obrigações por empréstimos (nota 17)	378.511	3.071.023
Operações de crédito (nota 10)	-	5.392	Empréstimos no exterior	378.511	3.071.023
Empréstimos	-	5.446			
<ul><li>(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa</li></ul>	-	(54)	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	3.481.308	1.443.096
			Instrumentos financeiros derivativos	3.481.308	1.443.096
Outros créditos	747.360	713.740			
Carteira de câmbio (nota 11)	255.542	67.118	Outras obrigações	603.520	885.499
Rendas a receber	1.760	2.952	Sociais e estatutárias	-	85.000
Negociação e intermediação de valores (nota 18)	222.351	502.216	Carteira de câmbio (nota 11)	255.601	66.699
Diversos (nota 12 (a))	267.707	141.454	Fiscais e previdenciárias (nota 19 (a))	74.673	83.403
			Negociação e intermediação de valores (nota 18)	110.903	490.447
Outros valores e bens	965	1.340	Diversas (nota 19 (b))	162.343	159.950
Despesas antecipadas	965	1.340			
Realizável a longo prazo	2.621.973	4.168.823	Exigível a longo prazo	4.552.357	4.556.975
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	104.719	78.163	Depósitos (nota 14)	661.733	82.630
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	104.719	78.163	Depósitos interfinanceiros	-	3.467
			Depósitos a prazo	661.733	79.163
Títulos e valores mobiliários e	2.336.455	3.598.191			
Instrumentos financeiros derivativos			Recursos de aceites cambiais e similares (nota 16)	172.534	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.336.455	3.598.191	Certificados de operações estruturadas	172.534	-
Operações de crédito (nota 10)	-	353.430	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	3.329.989	4.272.788
Empréstimos	-	357.000	Instrumentos financeiros derivativos	3.329.989	4.272.788
<ul><li>(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa</li></ul>	-	(3.570)			
			Outras obrigações	388.101	201.557
Outros créditos	180.799	139.039	Fiscais e previdenciárias (nota 19 (a))	360.007	184.622
Diversos (nota 12 (a))	180.799	139.039	Diversas (nota 19 (b))	28.094	16.935
Permanente			Patrimônio líquido	1.920.462	1.739.834
<del>-</del>	17.072	20.294			
			Capital social	1.468.596	1.383.596
Imobilizado de uso (nota 13)	17.072	20.294	De domiciliados no exterior (nota 21 (a))	1.468.596	1.383.596
Outras imobilizações de uso	72.773	70.451	Reservas de capital (nota 21 (b))	24.584	35.898
(-) Depreciações acumuladas	(55.701)	(50.157)	Reservas de lucros (nota 21 (c))	427.282	320.340
Total do ativo	11.435.593	13.184.410	Total do passivo e patrimônio líquido	11.435.593	13.184.410

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs - Demonstrações Financeiras

Diretoria: André dos Santos Mendonça

Daniel Motta Camargo Silva

Gersoní Analla Fernandes Montes Munhoz

José Rodolfo Leite Soares

Juliano Meira Campos Arruda Kathia Aparecida Autuori Paula Penna Moreira Ricardo Donisete Stabile Ricardo Genis Mourão Ricardo Henrique Tardelli Bellissi Sílvia Regina C. Valente Contadora: Tatiana L. M. Navarro Baldivieso 1SP240271/O-8



Demonstração Consolidada do Resultado Em 31 de Dezembro Em R\$ mil, exceto lucro por ação

_	2º Semestre	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	215.751	480.895	554.456
Operações de crédito (nota 10)	846	13.500	19.971
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	267.757	727.464	297.995
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(281.441)	(496.646)	264.117
Resultado de operação de câmbio	228.589	236.577	(27.627)
Despesas da intermediação financeira	(171.472)	(293.931)	(315.821)
Operações de captação no mercado aberto	(68.349)	(104.668)	(55.753)
Operações de empréstimos e repasses	(103.123)	(192.887)	(361.138)
Reversão/(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	-	3.624	(3.624)
Reversão/(Provisão) para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	-	-	104.694
Resultado bruto da intermediação financeira	44.279	186.964	238.635
Outras receitas (despesas) operacionais	153.648	113.367	130.300
Receitas de prestação de serviços (nota 24 (c))	407.392	612.711	592.563
Despesas de pessoal (nota 24 (d))	(156.068)	(314.234)	(307.890)
Outras despesas administrativas (nota 24 (e))	(74.161)	(133.720)	(108.706)
Despesas tributárias (nota 24 (f))	(36.107)	(61.253)	(59.685)
Outras receitas operacionais (nota 24 (g))	16.995	26.076	50.527
Outras despesas operacionais (nota 24 (h))	(4.403)	(16.213)	(36.509)
Resultado operacional	197.927	300.331	368.935
Resultado não operacional	<u> </u>	(2)	84
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	197.927	300.329	369.019
Imposto de renda e contribuição social	(46.681)	(87.761)	(126.376)
Provisão para imposto de renda (nota 20 (a))	(23.232)	(62.258)	(56.981)
Provisão para contribuição social (nota 20 (a))	(10.460)	(28.711)	(43.880)
Ativo fiscal diferido (nota 20 (b))	257.910 <sup>°</sup>	154.237	25.795
Passivo fiscal diferido (nota 20 (b))	(270.899)	(151.029)	(51.310)
Participações estatutárias no lucro	(2.696)	(5.626)	(5.067)
Lucro líquido do semestre/exercício	148.550	206.942	237.576
Lucro por ação (em reais)	0,10	0,14	0,17

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de Dezembro Em R\$ mil

Saldos em 31 dezembro de 2017	Capital Social 1.383,596	Reservas de capital 15.684	Reservas de lucros 182.764	Lucros acumulados -	Total 1.582.044
			.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	20.214	-	-	20.214
Lucro líquido do exercício	-	-	-	237.576	237.576
Destinação do lucro líquido				(,,, ,===)	
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	11.879	(11.879)	-
Reserva estatutária	-	-	125.697	(125.697)	- (,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 dezembro de 2018	1.383.596	35.898	320.340	<u> </u>	1.739.834
Aumento de capital (nota 21 (a))	85.000	<u>-</u>	-	-	85.000
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	(11.314)	-	_	(11.314)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	206.942	206.942
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	10.347	(10.347)	-
Reserva estatutária	-	-	96.595	(96.595)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.468.596	24.584	427.282		1.920.462
Saldos em 30 de junho de 2019	1.383.596	32.584	323.260	55.472	1.794.912
Aumento de capital (nota 21 (a))	85.000	_	_	_	85.000
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	(8.000)	_	-	(8.000)
Lucro líquido do semestre	_	-	_	148.550	148.550
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	7.427	(7.427)	-
Reserva estatutária	-	-	96.595	(96.595)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.468.596	24.584	427.282		1.920.462

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



<u>Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa</u> Em 31 de Dezembro Em R\$ mil

	2º Semestre	2019	2018
	2° Semestre	2019	2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	155.321	141.936	157.966
Lucro líquido do semestre/exercício	148.550	206.942	237.576
Ajustes ao lucro líquido	6.771	(65.006)	(79.610)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(7.076)	(59.253)	(395)
Reversão de provisões operacionais	(1.501)	(2.742)	(1.082)
Outras receitas/despesas operacionais	(3.911)	(8.189)	(7.347)
Depreciações e amortizações	2.751	5.557	5.106
Provisão/(Reversão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	-	(3.624)	(101.069)
Constituição de provisão para litígio trabalhista	824	824	10
Participações no lucro	2.696	5.626	5.067
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	12.988	(3.207)	25.516
Baixa do ativo imobilizado de uso	-	2	30
Juros não recebidos	-	-	(5.446)
Variação de ativos e obrigações	2.035.052	2.102.356	(180.064)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(698.041)	939.458	(741.991)
Redução/(aumento) em títulos e valores mobiliários e	,		,
instrumentos financeiros derivativos	4.638.143	3.690.103	(1.359.007)
Redução/(aumento) em operações de crédito	362.446	362.446	(357.000)
Redução em outros créditos	897.596	78.858	66.494
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(166)	375	(327)
(Redução)/aumento em depósitos	(803.889)	419.533	125.832
(Redução) em captações no mercado aberto	(1.035.974)	(730.735)	(25.071)
Aumento em recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias,			
debêntures e similares	108.001	172.439	95
(Redução)/aumento em captação em obrigações por empréstimos	(558.252)	(2.602.499)	1.779.363
(Redução)/aumento em outras obrigações	(806.178)	(95.999)	338.889
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.615)	(72.300)	(80.963)
Juros recebidos	66.633	128.839	169.271
Juros pagos	(106.652)	(188.162)	(95.649)
Caixa originado/(utilizado) nas atividades operacionais	2.190.373	2.244.292	(22.098)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(881)	(2.337)	(1.533)
Baixa de imobilizado de uso	- '	2	` 65 <sup>°</sup>
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento	(881)	(2.335)	(1.468)
Saina (Maineado) ilas atividades de ilivestillicite	(001)	(2.333)	(1.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre o capital próprios pagos	(85.000)	(185.000)	(68.000)
Aumento de capital	85.000	85.000	-
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento		(100.000)	(68.000)
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.189.492	2.141.956	(91.566)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10.855	6.214	97.385
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	7.076	59.253	395
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	2.207.423	2.207.423	6.214
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.189.492	2.141.956	(91.566)
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			(2.2.2)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 1) Contexto Operacional

O Conglomerado Prudencial Goldman Sachs ("Conglomerado Prudencial" ou "Conglomerado") é composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora").

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").

Em 19 de fevereiro de 2020, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### 2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas nos termos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional, da Circular nº 3.701/14, do BACEN, e regulamentações complementares.

Dessa forma, nos termos do artigo 1º, da Circular 3.701/14, foram utilizados requisitos que possibilitaram a apuração das informações contábeis das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial sujeitas à consolidação, como se em conjunto representassem entidade única, baseando-se preponderantemente nas técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

Ainda, conforme disposto no artigo 7º, da Resolução 4.280/13, na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram aplicadas as definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Por fim, para fins de consolidação e apresentação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram observados os procedimentos constantes do COSIF.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 3) Principais Políticas Contábeis

#### (a) Consolidação

Conforme disposto no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no País sobre as quais o líder do conglomerado, qual seja, o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., detém controle direto ou indireto.

Nos termos do inciso I, do artigo 3º, da Resolução nº 4.280/13, a existência de controle fica caracterizada por participações em empresas localizadas no País em que o líder do conglomerado detenha, direta ou indiretamente, isoladamente ou em conjunto com outros sócios, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais ou poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores.

Assim sendo, diante do acima exposto, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., enquanto subsidiária integral do Banco, caracteriza-se como entidade integrante do Conglomerado Prudencial.

Os saldos das contas patrimoniais e transações entre as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas advindas de operações entre entidades, são eliminados no processo de consolidação.

#### (b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

## (c) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

#### (d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

#### (e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

#### (f) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

## (g) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de *swaps* e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

#### (h) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 10).

## (i) Permanente

#### Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem.

#### (j) Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

seus custos de venda e o seu valor em uso. Não há *impairment* a ser reconhecido sobre ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### (k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "*pro rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% (2018 - 20%) do lucro tributável.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 ("Lei"), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, dentre elas as corretoras de valores mobiliários.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

#### (l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

## (m) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Conglomerado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas ("RSUs"). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações (nota 23 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações – Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Conglomerado e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

## 4) Gerenciamento de Capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

#### (a) Estrutura de capital

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

- Exigências de capital Basileia O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- Exigências de capital Limite de exposição por cliente O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.
- Limite de exposição cambial De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

## (b) Plano de contingência de capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de contingência de capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13, revogada, a partir de 01 de janeiro de 2020, pela Circular 3.930/19 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <a href="http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html">http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html</a>.

#### 5) Gerenciamento de Risco – Visão Geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

#### (a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

#### (b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

#### (c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## (d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

## 6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 3.248 (2018 – R\$ 4.122) e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 2.204.175 (2018 – R\$ 2.092).

#### 7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

## (a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2019, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 4.124.995 (2018 – R\$ 3.017.764) e compostas conforme abaixo demonstrado.

	019	2018		
Até 3 meses	Acima de 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
-	-	-	2.092	2.092
53.809	-	53.809	125.591	125.591
311.336	-	311.336	217.067	217.067
3.139.076	430.020	3.569.096	2.084.300	2.084.300
3.504.221	430.020	3.934.241	2.429.050	2.429.050
		_		
	-		151.726	151.726
-	-		151.726	151.726
		_		
33.126	-	33.126	69.718	69.718
83.721	73.907	157.628	367.270	367.270
116.847	73.907	190.754	436.988	436.988
3.621.068	503.927	4.124.995	3.017.764	3.017.764
	33.126 83.721 116.847	Até 3 meses	Até 3 meses         3 meses         Total           53.809         -         53.809           311.336         -         311.336           3.139.076         430.020         3.569.096           3.504.221         430.020         3.934.241           -         -         -           -         -         -           33.126         -         33.126           83.721         73.907         157.628           116.847         73.907         190.754	Até 3 meses         Acima de 3 meses         Total         Até 3 meses           -         -         -         2.092           53.809         -         53.809         125.591           311.336         -         311.336         217.067           3.139.076         430.020         3.569.096         2.084.300           3.504.221         430.020         3.934.241         2.429.050           -         -         -         151.726           -         -         -         151.726           33.126         -         33.126         69.718           83.721         73.907         157.628         367.270           116.847         73.907         190.754         436.988

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## (b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2019, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 104.719 (2018 – R\$ 78.163), com vencimento até 05 de dezembro de 2024 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

#### 8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação".

O valor de mercado dos títulos públicos e privados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB") reflete o valor da última quota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela BM&FBOVESPA em contrapartida ao resultado do período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

## (a) Composição por classificação e tipo

		2019	2018
Composição da carteira	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira própria	1.233.178	1.232.816	3.274.268
Letras do Tesouro Nacional - LTN	557.267	557.392	2.586.798
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	149.868	151.740	63.984
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	73.860	73.852	623.486
Debêntures	400.000	393.421	-
Ações	52.184	56.411	-
Vinculados a compromissos de recompra	39.632	39.633	386.425
Letras do Tesouro Nacional - LTN	39.632	39.633	305.184
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	81.241
Vinculados à prestação de garantias na B3	928.711	944.796	913.091
Letras do Tesouro Nacional - LTN	529.059	532.727	16.562
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	118.829	125.802	362.431
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	233.823	234.241	490.024
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	47.000	52.026	44.074
Total da carteira	2.201.521	2.217.245	4.573.784

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## (b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2019						2018
•	Sem venci- mento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação <sup>(1)</sup>							
Carteira própria	56.411	72.881	426.587	670.572	6.365	1.232.816	3.274.268
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	39.633	-	-	39.633	386.425
Vinculados à prestação de garantias na B3	52.026	-	18.152	684.519	190.099	944.796	913.091
Total	108.437	72.881	484.372	1.355.091	196.464	2.217.245	4.573.784

<sup>&</sup>lt;sup>(1)</sup> Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

## 9) Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (hedge global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

<sup>&</sup>lt;sup>(2)</sup> Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

## (a) Composição por indexador

(a) Composição poi muex			2019	2018
	Valor a	Valor a pagar	Valor	Valor
_	receber		nominal	nominal
Operações de <i>swap</i>	2.208.385	(3.591.478)	76.695.157	135.654.950
Ações x CDI	463	(273)	30.046	-
CDI x Eurolibor	-	-	-	184.449
CDI x IPCA	=	(616.201)	7.204.080	2.250.840
CDI x Libor	-	(248.264)	771.757	850.880
CDI x Pré	23.140	(721.590)	32.655.998	72.542.850
CDI x USD	17.375	(511.414)	2.731.276	2.480.337
CDI x USD Pré	1.881	(1.109.221)	3.245.104	4.115.807
Eurolibor x CDI	-	-	-	184.449
IPCA x CDI	19.617	-	2.756.455	33.933
Libor x CDI	170.980	-	589.988	638.277
Libor x USD	299	(1.038)	148.014	416.002
Ouro x Outros	-	-	-	22.566
Outros x Ouro	-	-	-	22.600
Pré x CDI	288.016	(12.013)	16.507.893	35.167.009
Pré x USD	-	-	-	1.233.965
USD EMTA x Pré	-	-	-	1.233.965
USD Pré x CDI	830.703	-	2.785.769	3.770.158
USD Pré x USD EMTA	87.177	-	651.456	2.415.122
USD x CDI	768.734	(98.034)	5.398.353	4.882.594
USD x Libor	-	(335)	41.357	254.786
USD EMTA x USD Pré	-	(273.095)	1.177.611	2.954.361
Opções de ações	45.144	(82.731)	1.110.195	1.314.595
Compra de opção de compra	40.531	-	323.275	307.624
Venda de opção de compra	-	(78.160)	329.666	240.406
Compra de opção de venda	4.613	- -	249.250	385.916
Venda de opção de venda	-	(4.571)	208.004	380.649
Opções de moeda	19.171	(19.184)	1.438.203	1.210.664
Compra de opção de compra	10.856	<u> </u>	531.783	415.356
Venda de opção de compra	-	(10.869)	531.783	415.356
Compra de opção de venda	8.315	`	185.463	189.976
Venda de opção de venda	-	(8.315)	189.174	189.976
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	149.479	(454.067)	28.695.721	12.461.627
Posição comprada	8.329	(442.580)	18.089.056	7.690.277

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

Posição vendida	141.150	(11.487)	10.606.665	4.771.350
Outros derivativos	167.285	(1.213.604)	13.402.651	14.058.117
Posição comprada	167.285		1.483.377	1.111.353
Posição vendida	-	(1.213.604)	11.919.274	12.946.764
Operações com futuros	76.358	(6.025)	30.206.963	66.289.851
Posição comprada	16.344	(4.911)	19.999.259	52.097.559
Cupom cambial - DDI	-	(4.911)	579.856	587.420
DI de 1 dia	10.385	-	14.386.530	46.704.018
Dólar	-	-	-	2.617.427
DAP	5.959	-	5.032.873	2.188.694
Posição vendida	60.014	(1.114)	10.207.704	14.192.292
Cupom cambial - DDI	59.319	-	8.553.866	4.536.474
DI de 1 dia	-	(1.114)	1.424.152	9.499.705
Dólar	695	<u>-</u>	229.686	156.113
Termo de título público	1.449.726	(1.450.233)	1.450.718	481.653
Compra a termo de título público	1.163.910	(1.163.425)	1.163.910	26.967
Venda a termo de título público	285.816	(286.808)	286.808	454.686
Total	4.115.548	(6.817.322)	152.999.608	231.471.457

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Negociação e intermediação de valores" (nota 18).

2010

2010

## (b) Composição do valor nominal por contraparte

			2019				2018
	Instituições Financeiras	Corporate	Institu- cional	В3	Setor Público	Total	Total
Swaps	3.785.727	6.816.803	64.624.605	-	1.468.022	76.695.157	135.654.950
Opções	-	717.246	1.155.896	675.256	-	2.548.398	2.525.259
NDF (Non- Deliverable Forward)	-	3.691.389	24.876.484	-	127.848	28.695.721	12.461.627
Outros derivativos	553.909	3.712	12.845.030	-	-	13.402.651	14.058.117
Operações com futuros	-	-	-	30.206.963	-	30.206.963	66.289.851
Termo de título público	413.099	61.981	975.638	-	-	1.450.718	481.653
Total	4.752.735	11.291.131	104.477.653	30.882.219	1.595.870	152.999.608	231.471.457

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## (c) Composição do valor nominal por local de negociação

_		2018		
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	-	76.695.157	76.695.157	135.654.950
Opções	675.256	1.873.142	2.548.398	2.525.259
NDF (Non-Deliverable Forward)	-	28.695.721	28.695.721	12.461.627
Outros derivativos	-	13.402.651	13.402.651	14.058.117
Operações com futuros	30.206.963	-	30.206.963	66.289.851
Termo de título público	-	1.450.718	1.450.718	481.653
Total	30.882.219	122.117.389	152.999.608	231.471.457

## (d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

		2018		
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	3.003.606	1.035.584	4.039.190	4.277.341
Operações de swap	1.202.891	1.005.494	2.208.385	3.481.177
Operações de NDF	122.907	26.572	149.479	69.379
Operações de opções	88.055	(23.740)	64.315	123.356
Outros derivativos	139.979	27.306	167.285	121.864
Termo de título público	1.449.774	(48)	1.449.726	481.565
Passivo	(5.559.279)	(1.252.018)	(6.811.297)	(5.715.884)
Operações de swap	(1.995.482)	(1.595.996)	(3.591.478)	(3.996.574)
Operações de NDF	(393.148)	(60.919)	(454.067)	(28.815)
Operações de opções	(92.541)	(9.374)	(101.915)	(121.193)
Outros derivativos	(1.627.542)	413.938	(1.213.604)	(1.117.649)
Termo de título público	(1.450.566)	333	(1.450.233)	(481.653)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

#### (e) Resultado com derivativos

	2019	2018
Swaps	(1.592.540)	(628.007)
Futuros	1.462.812	242.069
NDF (Non-Deliverable Forward)	(219.129)	615.330
Opções	(147.370)	35.04
Outros	(419)	(319)
Total	(496.646)	264.117

#### 10) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Operações de Crédito" refere-se a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não-ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em abril de 2021 e pagamento de juros trimestrais.

O valor atualizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 362.446.

Em 31 de dezembro de 2018, o nível de risco da operação era classificado como "B", razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.624, correspondente a 1% do valor atualizado do crédito concedido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a receita de operações de crédito é de R\$ 13.500 (2018 – R\$ 19.971) e a reversão da despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa totaliza R\$ 3.624 (2018 – zero). Em 31 de dezembro de 2018 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 3.624.

Em 05 de julho de 2019 o Banco efetivou a cessão sem coobrigação das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) mantidas em sua carteira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 11) Carteira de Câmbio

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	2019	2018
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	116.069	12.712
Direitos sobre vendas de câmbio	139.473	54.406
Total	255.542	67.118
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	139.503	53.941
Obrigações por compra de câmbio	116.098	12.758
Total	255.601	66.699

## 12) Outros Créditos

## a) Diversos

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	2019_	2018
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 20 (b))	301.632	147.395
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22 (a))	119.629	102.161
Impostos e contribuições a compensar	17.706	23.561
Devedores diversos – país (1)	4.488	3.880
Outros	5.051	3.496
Total	448.506	280.493

<sup>&</sup>quot;Devedores diversos – país" refere-se, principalmente, à recuperação de despesa originada pela contribuição do Conglomerado (Patrocinador) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (Participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, o Patrocinador passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras.

## 13) Permanente - Imobilizado de uso

## (a) Imobilizado de uso

		2019			2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	47.786	(34.487)	13.299	47.066	(29.660)	17.407	
Imobilizações em curso	657	-	657	1.378	-	1.378	
Comunicação	14.457	(14.024)	433	14.438	(13.795)	643	
Processamento de dados	9.873	(7.190)	2.683	7.569	(6.702)	866	
Total	72.773	(55.701)	17.072	70.451	(50.157)	20.294	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 14) Depósitos

	2019	2018
Depósitos interfinanceiros	<u> </u>	3.467
A vencer após 360 dias	-	3.467
Depósitos a prazo	930.284	578.997
De 1 a 90 dias	2.207	_
De 91 até 360 dias	266.344	499.834
A vencer após 360 dias	661.733	79.163
Total de depósitos	930.284	582.464

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 98% e 101.7% do CDI, sendo o montante de R\$ 663.941 (2018 – R\$ 79.163) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 22 (a)).

#### 15) Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 230.884 (2018 – R\$ 988.053), sendo:

- (i) R\$ 39.577 (2018 R\$ 382.129) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 02 de janeiro de 2020, sendo a sua totalidade referente a transações com partes relacionadas;
- (i) Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 151.001 correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e liquidadas em 02 de janeiro de 2019; e
- (ii) R\$ 191.307 (2018 R\$ 454.923) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

## 16) Recursos de Aceites Cambiais e Similares

Em 31 de dezembro de 2019, referem-se à captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento em dezembro de 2023, no montante de R\$ 172.534 (2018 – R\$ 95).

## 17) Obrigações por Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de US\$ 93.907 (2018 – US\$ 792.563), convertido pela taxa PTAX de fechamento equivalente a R\$ 378.511 (2018 – R\$ 3.071.023).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 18) Negociação e Intermediação de Valores

No ativo, refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadoria de Câmbio ("BMC") no montante de R\$ 40.307 (2018 – 165.400), devedores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 164.081 (2018 – R\$ 394.613) e a caixa de registro e liquidação no montante de R\$ 17.963 (2018 – zero).

No passivo, refere-se a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 1.350 (2018 - R\$ 754), credores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 65.281 (2018 - R\$ 167.796) e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 44.272 (2018 - R\$ 394.613).

## 19) Outras Obrigações

## (a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2019	2018
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) <sup>(1)</sup>	361.367	209.536
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	39.444	27.194
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	1.561	693
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	8.268	7.840
Outros	24.040	22.762
Total	434.680	268.025

<sup>(1)</sup> Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos calculados principalmente sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

## (b) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2019	2018
Provisão para despesas de pessoal (1)	117.175	119.084
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 22 (a))	49.753	38.778
Provisão para outras despesas administrativas (2)	19.145	15.145
Credores diversos – país	3.540	3.755
Provisão para passivos contingentes (nota 24 (a))	824	124
Total	190.437	176.886

- (1) "Provisão para despesas de pessoal" refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 76.005 (2018 R\$ 75.542) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 25.614 (2018 R\$ 25.458).
- (2) "Provisão para outras despesas administrativas" refere-se, substancialmente, a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 15.717 (2018 R\$ 11.903).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 20) Imposto de Renda (IR), Contribuição Social (CS) e Créditos Tributários

## (a) Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro, os saldos são representados como segue:

	2019		20	)18
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e				
participações	300.329	300.329	369.019	369.019
Participações estatutárias no lucro	(5.626)	(5.626)	(5.067)	(5.067)
Juros sobre o capital próprio	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro				
ajustado	194.703	194.703	263.952	263.952
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15% a				
partir de 2019 e 20% até 2018)	48.676	29.206	65.988	52.790
Diferenças temporárias	17.606	10.564	8.070	6.455
Diferenças permanentes	(2.858)	(3.553)	2.738	(503)
(Constituição)/ compensação de prejuízo fiscal de				
períodos anteriores	(1.673)	-	(19.847)	-
(Constituição)/ compensação de base negativa de				
CSLL de períodos anteriores	-	(7.910)	-	(14.899)
Outros	507	404	32	37
Imposto de renda e contribuição social do				
exercício	62.258	28.711	56.981	43.880

A alíquota da contribução social vigente até dezembro de 2018 era de 20%, passando a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

## (b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro, os saldos calculados com base na natureza das diferenças temporárias são demonstrados como segue:

_	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Diferenças temporárias	<u>168.895</u>	<u>132.508</u>	<u>298.325</u>	<u>81.409</u>	<u>48.846</u>	<u>130.255</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	906	544	1.450
Marcação a mercado negativa  – TVM e derivativos	152.288	121.010	273.298	68.026	40.815	108.841
Unidades de ações restritas – RSU	12.837	8.685	21.522	12.442	7.466	19.908
Remuneração variável	1.675	1.313	2.988	618	370	988
Outros	2.095	1.500	3.595	1.384	830	2.214
Prejuízos fiscais	-	-	-	5.854	-	5.854
Base negativa	-	229	229	-	8.140	8.140

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

Total de ativos tributários diferidos	168.895	132.737	301.632	87.263	56.986	147.395
Marcação a mercado positiva – TVM e derivativos	(199.489)	(159.557)	(359.046)	(129.858)	(77.915)	(207.773)
Outras provisões – Patrimônio líquido	(1.375)	(946)	(2.321)	(1.102)	(601)	(1.763)
Total de passivos tributários diferidos	(200.864)	(160.503)	(361.367)	(130.960)	(78.576)	(209.536)

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, em períodos subseqüentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado reconhece ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 168.895 e R\$ 132.737, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 301.632 é estimada em 47% no 1º ano, 2% no 2º ano e 51% do 3º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Conglomerado, monta R\$ 124.974 e R\$ 97.716, respectivamente. O valor de crédito tributário não ativado sobre o prejuízo fiscal monta a R\$ 9.051 (2018 - R\$ 4.870).

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 361.367 (2018 – R\$ 209.536).

## 21) Patrimônio Líquido

#### (a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2019, por 1.468.596.500 (2018 - 1.383.596.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de dezembro de 2019, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 85.000, mediante a emissão de 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo dos juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio (nota 21 (d)). Esse aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

#### (b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 23 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica "Reservas de capital" totaliza R\$ 24.584 (2018 – R\$ 35.898), sendo composta por ajuste negativo de marcação a mercado sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 5.397 (2018 ajuste positivo de R\$ 4.043), contribuição ao capital no montante de R\$ 28.241 (2018 – R\$ 28.241) relativa ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia acordo de repagamento, provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o saldo de MTM das RSUs no montante de R\$ 2.297 (2018 - R\$ 1.600) e reserva de capital de sua subsidiária integral reconhecida por meio de equivalência patrimonial reflexa no montante de R\$ 4.037 (2018 - R\$ 5.214).

#### (c) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R\$ 427.282 (2018 - R\$ 320.340), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R\$ 35.364 (2018 - R\$ 25.017) e "Reserva estatutária" no montante de R\$ 391.918 (2018 - R\$ 295.323).

#### (d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social do Banco, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano. O pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP") é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM n.º 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de dezembro de 2019 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 100.000 (2018 - R\$ 100.000). O imposto de renda retido na fonte à aliquota de 15% foi de R\$ 15.000 (2018 - R\$ 15.000). Adicionalmente a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a utilização do valor líquido de R\$ 85.000 (2018 - zero) para o aumento do capital social do Banco (nota 21 (a)).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 22) Transações com Partes Relacionadas

## (a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

As transações realizadas entre o Banco e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com controladores (1), controladas (2), coligadas (3) e com outras partes relacionadas (4) estão representadas por:

	2019		2018		
_	Ativo	Receita	Ativo	Receita	
	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)	
Instrumentos financeiros derivativos	(351.332)	(947.179)	(82.876)	949.324	
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	(53.518)	(619.076)	7.569	844.976	
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(297.814)	(328.103)	(90.445)	104.348	
Outros créditos – Carteira de câmbio Goldman Sachs International (3)	<b>181</b> 181	-	-	-	
Outros créditos - Negociação e intermediação de	115.756	16.917	278.584	14.267	
valores Goldman Sachs International (3)	115.752	16.136	278.571	12.795	
Goldman Sachs & Co. (3)	-	3	-	4	
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	4	778	13	1.468	
Outros créditos - Diversos	119.629	426.800	102.161	443.426	
Goldman Sachs Asset Management, LP. (3)	385	1.434	397	1.505	
Goldman Sachs Asset Management International (3)	2.297	8.544	2.367	8.953	
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	-	-	_	3.193	
Goldman Sachs International (3)	68.393	251.803	55.173	213.822	
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	42.152	153.716	37.667	206.237	
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	110	1.203	82	850	
J. Aron & Company (3)	245	651	87	254	
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	705	8.335	642	7.758	
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	5.320	-	5.709	616	
Outros valores a receber de partes relacionadas (3)	22	1.114	37	238	
Depósitos a prazo	(663.941)	(41.714)	(79.163)	(6.464)	
Goldman Sachs & Co. (3)	-	-	-	(2.259)	
Goldman Sachs Participações II Ltda. (3)	(2.737)	(142)	(2.085)	(124)	
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	(4.647)	(234)	(3.193)	(189)	
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(498.730)	(33.537)	-	-	
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	(157.827)	(7.801)	(73.885)	(3.892)	
Captações no mercado aberto	( <b>39.577</b> )	(10.766)	(275.068)	(15.725)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(39.577)	(10.766)	(275.068)	(15.725)
Outras obrigações – Carteira de câmbio	(180)	-	-	-
Goldman Sachs International (3)	(180)	-	-	_
Outras obrigações — Negociação e intermediação de valores	(980)	-	-	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(980)	-	-	-
Outras obrigações – Sociais e estatutárias	-	-	(85.000)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	-	-	(84.915)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	-	-	(85)	-
Outras obrigações - Diversas (i)	(49.753)	(7.260)	(38.786)	(288)
Goldman Sachs & Co. (3)	(6.911)	(4.269)	(10.205)	(238)
Goldman Sachs Paris Inc. et Cie	(4)	-	-	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(42.337)	_	(26.255)	-
Goldman Sachs Chile Limitada (3)	-	-	(107)	-
Goldman Sachs International (3)	(442)	(2.606)	(2.180)	-
Goldman Sachs Services LLC	(2)	-	-	-
Outras partes relacionadas (3)	(57)	(385)	(39)	(50)
Empréstimos no exterior	(378.511)	(60.705)	(3.071.023)	(83.524)
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(378.511)	(60.705)	(3.071.023)	(83.524)
Patrimômio líquido - Capital social	(1.468.596)	-	(1.385.596)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(1.467.128)	-	(1.382.213)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(1.468)	-	(1.383)	_

(i) Outras obrigações – Diversas referem-se, principalmente, ao repagamento do plano de incentivo de ações (RSUs).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

## (b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado.

	2019	2018	
Benefícios de curto prazo – Administradores			
Proventos	31.063	26.594	
Encargos sociais curto prazo	9.564	8.262	
Benefícios de longo prazo – Administradores			
Pagamento baseado em ações	9.439	6.360	
Encargos sociais longo prazo	3.181	2.143	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## 23) Plano de Previdência Privada e de Incentivo de Ações

#### (a) Plano de previdência privada

O Conglomerado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado contribuiu com R\$ 3.888 (2018 - R\$ 3.247) para o fundo de previdência.

#### (b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Conglomerado, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. As entidades pertencentes ao Conglomerado pagam dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo das RSUs.

#### • Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados das entidades pertencentes ao Conglomerado de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pósaquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

	2(	)19	20	18
Movimentação pela quantidade de <u>ações:</u>	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)
Saldo ao final do exercício anterior	18.882	31.288	21.018	48.640
Outorgada (1)(2) (granted)	35.659	13.381	23.375	4.146
Prescrita (forfeited)	(493)	(3.932)	(328)	(10)
Entregue (3) (delivered)	-	(30.207)	-	(42.783)
Adquirida por direito (2) (vested)	(21.027)	21.027	(24.961)	24.961
Transferida entrada/(saída) (transfers)	(2.079)	<u> </u>	(222)	(3.666)
Saldo ao final do exercício	30.942	31.557	18.882	31.288

	2019		2018	
Movimentação pela média ponderada (Em Reais):	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)
Saldo ao final do exercício anterior *	879,77	767,98	661,86	601,55
Outorgada (1)(2) (granted)	724,89	742,59	877,83	929,74
Prescrita (forfeited)	794,87	748,26	713,09	566,34
Entregue (3) (delivered)	-	739,12	-	608,20
Adquirida por direito (2) (vested)	768,39	768,39	723,01	723,01
Transferida entrada/(saída) (transfers)	768,39		826,94	562,50
Saldo ao final do exercício *	785,65	785,08	845,75	738,28

<sup>\*</sup> O "saldo ao final do exercício" para o ano de 2019 difere do "saldo ao final do exercício anterior" em 2018, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2019 em comparação a PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2018.

A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 731,53 (2018 - R\$ 881,05). O valor justo das RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 inclui um desconto de liquidez (*liquidity discount*) de 8,85% e 7,75%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 13.549,49 (2018 - R\$ 10.502,40).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

(3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 796,91 (2018 - R\$ 1.012,72).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 — Pagamento baseado em ações, o Conglomerado registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrado na rubrica "Despesas de pessoal" o montante de R\$ 22.775 (2018 - R\$ 25.995) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em "Outras Obrigações – Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas".

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 11.458 (2018 - R\$ 6.164), registrado na rubrica "Despesas de pessoal".

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 41.738 (2018 - R\$ 25.887). Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações – Diversas", é de R\$ 15.717 (2018 - R\$ 25.887).

## 24) Outras Informações

#### (a) Passivos contingentes e obrigações legais

## • Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2019, as contingências trabalhistas classificadas como risco de perda provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, montam em R\$ 824 (2018 - R\$ 124).

Em 31 de dezembro de 2019, não existem contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações (2018 - R\$ 6.053).

#### • Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Conglomerado é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 410 (2018 - R\$ 396); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R\$ 4.745 (2018 - R\$ 4.603); (c) IRPJ relativo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 9.213 (2018 - R\$ 8.881); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 6.933, atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2019.

Ainda, o Conglomerado é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de Exportação de Serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 9.216 (2018 – R\$ 8.818).

#### (b) Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Conglomerado tem celebrado com certas contrapartes Contratos Globais de Derivativos ("CGDs") que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

#### (c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

. , ,	2019	2018
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	381.034	406.338
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (2)	77.600	100.347
Rendas de comissões de colocação de títulos	44.955	5.419
Rendas de administração de fundos de investimentos (3)	9.525	8.587
Rendas de corretagens de operações em bolsas	99.597	71.872
Total	612.711	592.563

- (1) Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à partes relacionadas.
- (2) Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 49.242 (2018 R\$ 78.480) referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2019, inclui ainda R\$ 28.358 (2018 R\$ 21.867) referentes a receitas com taxas de *clearing* prestadas a entidades ligadas.
- (3) Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

## (d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2019	2018
Proventos	209.341	215.330
Encargos	80.628	66.802
Benefícios e treinamentos	24.005	22.778
Outros	260	2.980
Total	314.234	307.890

#### (e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

1	2019	2018
Serviços do sistema financeiro (1)	42.235	29.874
Aluguel	20.875	19.077
Processamento de dados	10.341	8.547
Viagens	9.203	8.285
Depreciação e amortização	5.557	5.106
Serviços de terceiros	5.258	5.299
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.335	4.053
Materiais, manutenção e conservação de bens	4.290	3.849
Serviços técnicos especializados	4.134	8.585
Seguros, vigilância e segurança	4.125	4.026
Promoções e relações públicas	2.079	1.755
Outras despesas administrativas	21.288	10.250
Total	133.720	108.706

<sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2019, serviços do sistema financeiro incluem comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas ("COE") emitidos pelo Banco (nota 16) no valor de R\$ 17.157 (2018 - zero).

## (f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2019	2018
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	31.324	31.124
Despesas de contribuição ao PIS/COFINS	26.462	25.990
Despesas tributárias - IOF	4	3
Outras contribuições	3.463	2.568
Total	61.253	59.685

## (g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, à receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 9.081 (2018 - R\$ 40.065), à reversão de provisão para garantia firme no valor de R\$ 1.500 (2018 - zero) e ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 7.692 (2018 - R\$ 6.971).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019

Em R\$ mil

#### (h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, à despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 9.141 (2018 - R\$ 33.342) e à provisão para garantia firme no montante de R\$ 1.500 (2018 - R\$ zero).

#### (i) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito no "Instrumento Particular de Sublocação para fins não Residenciais", firmado na data de 04 de fevereiro de 2013, ambos entre o Banco e a Corretora, no montante de R\$ 2.641 (2018 - R\$ 2.410).

## (j) Plano de benefícios a funcionários

Conforme Resolução CMN nº 4.424/2015, que regulamenta o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Conglomerado, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 25) Limites Operacionais

#### (a) Índice de Basileia e de imobilização

O Conglomerado adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 32,88% (2018 - 26,21%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.920.462 (2018 - R\$ 1.725.839).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 é de 0,89% (2018 - 1,18%).

\* \* \*